ISSN 0257-7771

Jornal Oficial

das Comunidades Europeias

C 78

43.º ano

18 de Março de 2000

Edição em
língua portuguesa

Comunicações e Informações

Número de informação | Índice | Página

I *Comunicações*

Comissão

2000/C 78/01 Taxas de câmbio do euro 1

2000/C 78/02 Regulamento (CEE) n.º 3030/93 do Conselho, de 12 de Outubro de 1993 relativo ao regime comum aplicável às importações decertos produtos têxteis originários de países terceiros, com a última redacção que lhe foi dada peçlo Regulamento (CE) n.º 1072/1999 da Comissão [Anexo III, Artigo 30.º (a)] 2

2000/C 78/03 Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º (antigos artigos 92.º e 93.º) do Tratado CE — A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções 4

2000/C 78/04 Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º (antigos artigos 92.º e 93.º) do Tratado CE — A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções [1] 6

2000/C 78/05 Auxílios estatais — Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE, relativamente ao auxílio C 77/99 (ex NN 97/99) — Auxílios regionais à VW-AMD para um projecto de investimento na Saxónia [1] 8

2000/C 78/06 Notificação prévia de uma operação de concentração (Processo COMP/M.1876 — Kohlberg Kravis Roberts/Wassall/Zurntobel) [1] 16

2000/C 78/07 Notificação prévia de uma operação de concentração (Processo COMP/M.1871 — Arrow Electronics/Tekelec) [1] 17

2000/C 78/08 Notificação prévia de uma operação de concentração (Processo COMP/ECSC.1325 — EMR/MPRH) [1] 18

[1] Texto relevante para efeitos do EEE

(continua no verso da capa)

Número de informação | Índice *(continuação)* | Página

II *Actos preparatórios*

Conselho

2000/C 78/09 | Parecer favorável N.º 1/2000 dado pelo Conselho nos termos do artigo 95.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço 19

PT

PREÇOS DAS ASSINATURAS

Assinatura anual (incluindo as despesas de porte de envio normal)						Venda de exemplares avulsos (**)		
Preço	«L + C» Edição em papel (*)	«L + C» EUR-Lex CD-ROM Edição mensal (cumulativa)	Anúncios de concursos (**)	Suplemento ao JO (adjudicações e contratos públicos) Ano civil 2000		Até 32 páginas	Até 64 páginas	Mais de 64 páginas
				CD-ROM Edição diária	CD-ROM Edição bissemanal			
EUR	840,–	144,–	30,–	492,–	204,–	6,50	13,–	preço fixado caso a caso

Facturam-se à parte as despesas especiais de expedição. O *Jornal Oficial das Comunidades Europeias,* e todas as outras publicações das Comunidades Europeias, periódicas ou não, podem ser obtidas nas agências abaixo referidas. Pode ser solicitado o envio gratuito de catálogos.

N.B.: A assinatura do *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* compreende igualmente a recepção do «Repertório da Legislação Comunitária em Vigor» (duas edições por ano).

(*) O *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* compreende as séries L (legislação) e C (comunicações e informações), não podendo as assinaturas ser feitas separadamente.

(**) Os anúncios de concursos podem ser obtidos gratuitamente junto dos gabinetes de representação da Comissão Europeia nos Estados-membros. É possível uma assinatura, para recepção automática de todos os anúncios de concursos, mediante o pagamento da quantia indicada destinada a cobrir despesas administrativas e de porte.

VENDA E ASSINATURAS

📖 Agentes de vendas para publicações em papel, vídeo e microfichas. ● Agentes *off-line* para CD-ROM, disquetes e produtos combinados. 💻 Agentes fornecedores de acesso a bases de dados *(gateway)*.

Todos os agentes de vendas, *off-line,* e fornecedores de acesso a bases de dados podem igualmente aceitar assinaturas do *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* em todas as suas formas.

BELGIQUE/BELGIË

Bureau Van Dijk SA ●
Avenue Louise 250/Louisalaan 250
Boîte 14/Bus 14
B-1050 Bruxelles/Brussel
Tél.: (32-2) 648 66 97, fax: (32-2) 648 82 30
E-mail: info@bvdep.com

Jean De Lannoy 📖 ●
Avenue du Roi 202/Koningslaan 202
B-1190 Bruxelles/Brussel
Tél.: (32-2) 538 43 08, fax: (32-2) 538 08 41
E-mail: jean.de.lannoy@infoboard.be
URL: http://www.jean-de-lannoy.be

La librairie européenne/ De Europese Boekhandel 📖 ●
Rue de la Loi 244/Wetstraat 244
B-1040 Bruxelles/Brussel
Tél.: (32-2) 295 26 39, fax: (32-2) 735 08 60
E-mail: mail@libeurop.be
URL: http://www.libeurop.be

Moniteur belge/Belgisch Staatsblad 📖
Rue de Louvain 40-42/Leuvenseweg 40-42
B-1000 Bruxelles/Brussel
Tél.: (32-2) 552 22 11, fax: (32-2) 511 01 84

PF Consult SARL 💻
Avenue des Constellations 2
B-1200 Bruxelles/Brussel
Tél.: (32-2) 771 10 04, fax: (32-2) 771 10 04
E-mail: paul-feyt@tvd.be

DANMARK

J. H. Schultz Information A/S 📖 ● 💻
Herstedvang 10-12
DK-2620 Albertslund
Tlf. (45) 43 63 23 00, fax (45) 43 63 19 69
E-mail: schultz@schultz.dk
URL: http://www.schultz.dk

Munksgaard Direct ●
Østergade 26A, Postboks 173
DK-1005 København K
Tlf. (45) 77 33 33 33, fax (45) 77 33 33 77
E-mail: direct@munksgaarddirect.dk
URL: http://www.munksgaarddirect.dk

DEUTSCHLAND

Bundesanzeiger Verlag GmbH 📖 ●
Vertriebsabteilung
Amsterdamer Straße 192, D-50735 Köln
Tel. (49-221) 97 66 80, Fax (49-221) 97 66 82 78
E-mail: vertrieb@bundesanzeiger.de
URL: http://www.bundesanzeiger.de

DSI Data Service & Information GmbH ●
Kaiserstege 4, Postfach 11 27
D-47495 Rheinberg
Tel. (49-2843) 32 20, Fax (49-2843) 32 30
E-mail: dsi@dsidata.com
URL: http://www.dsidata.com

Outlaw Informationssysteme GmbH ● 💻
Matterstockstraße 26/28, Postfach 62 65
D-97080 Würzburg
Tel. (49-931) 296 62 00, Fax (49-931) 296 62 99
E-mail: info@outlaw.de
URL: http://www.outlaw.de

ΕΛΛΑΔΑ

Γ.Κ. Ελευθερουδάκης ΑΕ 📖 ●
Διεθνές Βιβλιοπωλείο – Εκδόσεις
Πανεπιστημίου 17, GR-105 64 Αθήνα
Τηλ.: (30-1) 331 41 80/1/2/3/4/5
Φαξ: (30-1) 323 98 21
E-mail: elebooks@netor.gr

ΕΛΚΕΤΕΚ ΕΠΕ (Ελληνικό Κέντρο Τεκμηρίωσης ΕΠΕ) ● 💻
Δ. Αιγινήτου 7, GR-115 28 Αθήνα
Τηλ.: (30-1) 723 52 14, φαξ: (30-1) 729 15 28
E-mail: helketec@techlink.gr
URL: http://www.techlink.gr/elketek

ESPAÑA

Boletín Oficial del Estado 📖 ●
Trafalgar, 27, E-28071 Madrid
Tel.: (34) 915 38 21 11 (Libros)/
913 84 17 15 (Suscripción)
Fax: (34) 915 38 21 21 (Libros)/
913 84 17 14 (Suscripción)
E-mail: clientes@com.boe.es
URL: http://www.boe.es

Greendata ●
Ausias Marc, 119 Locales
E-08013 Barcelona
Tel.: (34) 932 65 34 24, fax: (34) 932 45 70 72
E-mail: hugo@greendata.es
URL: http://www.greendata.es

Mundi Prensa Libros, SA 📖 ●
Castelló, 37, E-28001 Madrid
Tel.: (34) 914 36 37 00, fax: (34) 915 75 39 98
E-mail: libreria@mundiprensa.es
URL: http://www.mundiprensa.com

Sarenet 💻
Parque Tecnológico, Edificio 103
E-48016 Zamudio (Vizcaya)
Tel.: (34) 944 20 94 70, fax: (34) 944 20 94 65
E-mail: info@sarenet.es
URL: http://www.sarenet.es

FRANCE

Encyclopédie douanière ●
6, rue Barbès, BP 157
F-92304 Levallois-Perret Cedex
Tél.: (33-1) 47 59 09 00
Fax: (33-1) 47 59 07 17

FLA Consultants 💻
27, rue de la Vistule, F-75013 Paris
Tél.: (33-1) 45 82 75 75
Fax: (33-1) 45 82 46 04
E-mail: flabases@iway.fr
URL: http://www.fla-consultants.fr

Institut national de la statistique et des études économiques ●
Data Shop Paris
195, rue de Bercy
F-75582 Paris Cedex 12
Tél.: (33-1) 53 17 88 44
Fax: (33-1) 53 17 88 22
E-mail: datashop@insee.fr
URL: http://www.insee.fr

Journal officiel 📖
Service des publications des CE
26, rue Desaix, F-75727 Paris Cedex 15
Tél.: (33-1) 40 58 77 31
Fax: (33-1) 40 58 77 00
E-mail: europublications@journal-officiel.gouv.fr
URL: http://journal-officiel.gouv.fr

Office central de documentation ●
33, rue Linné, F-75005 Paris
Tél.: (33-1) 44 08 78 30
Fax: (33-1) 44 08 78 39
E-mail: bal@ocd.fr
URL: http://www.ocd.fr

IRELAND

Government Supplies Agency 📖
Publications Section, 4-5 Harcourt Road
Dublin 2
Tel. (353-1) 661 31 11, fax (353-1) 475 27 60
E-mail: opw@iol.ie

Lendac Data Systems Ltd ●
Unit 6, IDA Enterprise Centre
Pearse Street, Dublin 2
Tel. (353-1) 677 61 33
Fax (353-1) 671 01 35
E-mail: marketing@lendac.ie
URL: http://www.lendac.ie

ITALIA

Licosa SpA 📖 ●
Via Duca di Calabria, 1/1
Casella postale 552, I-50125 Firenze
Tel.: (39-55) 64 54 15, fax: (39-55) 64 12 57
E-mail: licosa@licosa.com
URL: http://www.licosa.com

LUXEMBOURG

Infopartners SA 💻
4, rue Jos Felten
L-1508 Luxembourg-Howald
Tél.: (352) 40 11 61, fax: (352) 40 11 62-331
E-mail: infopartners@ip.lu
URL: http://www.infopartners.lu

Messageries du livre SARL 📖 ●
5, rue Raiffeisen, L-2411 Luxembourg
Tél.: (352) 40 10 20, fax: (352) 49 06 61
E-mail: mdl@pt.lu
URL: http://www.mdl.lu

Abonnements:

Messageries Paul Kraus 📖
11, rue Christophe-Plantin
L-2339 Luxembourg
Tél.: (352) 49 98 88-8
Fax: (352) 49 98 88-444
E-mail: mail@mpk.lu
URL: http://www.mpk.lu

PF Consult SARL ●
10, boulevard Royal, BP 1274
L-1012 Luxembourg
Tél.: (352) 24 17 99, fax: (352) 24 17 99
E-mail: paulfeyt@compuserve.com

NEDERLAND

Nedbook International BV ●
Asterweg 6, Postbus 37600
1030 BA Amsterdam
Tel. (31-20) 634 08 16
Fax (31-20) 634 09 63
E-mail: info@nedbook.nl

Samsom BedrijfsInformatie BV ● 💻
Prinses Margrietlaan 3, Postbus 4
2400 MA Alphen aan den Rijn
Tel. (31-172) 46 66 25
Fax (31-172) 44 06 81
E-mail: helpdesk@sbi.nl
URL: http://www.sbi.nl

SDU Servicecentrum Uitgevers 📖 ●
Christoffel Plantijnstraat 2, Postbus 20014
2500 EA Den Haag
Tel. (31-70) 378 98 80
Fax (31-70) 378 97 83
E-mail: sdu@sdu.nl
URL: http://www.sdu.nl

Swets & Zeitlinger BV ●
Heereweg 347 B, Postbus 830
2160 SZ Lisse
Tel. (31-252) 43 51 11, fax (31-252) 41 58 88
E-mail: ycampfens@swets.nl
URL: http://www.swets.nl

ÖSTERREICH

EDV GmbH 💻
Altmannsdorferstraße 154-156
A-1231 Wien
Tel. (43-1) 667 23 40, Fax (43-1) 667 13 90
E-mail: online@edvg.co.at
URL: http://www.edvg.co.at

Gesplan GmbH ●
Dapontegasse 5, A-1031 Wien
Tel. (43-1) 712 54 02, Fax (43-1) 715 54 61
E-mail: office@gesplan.com
URL: http://www.gesplan.com

Manz'sche Verlags- und Universitätsbuchhandlung GmbH 📖 ●
Kohlmarkt 16, A-1014 Wien
Tel. (43-1) 53 16 11 00
Fax (43-1) 53 16 11 67
E-mail: bestellen@manz.co.at
URL: http://www.manz.at

PORTUGAL

Distribuidora de Livros Bertrand Ld.ª 📖 ●
Grupo Bertrand, SA
Rua das Terras dos Vales, 4-A
Apartado 60037, P-2700 Amadora
Tel. (351-1) 495 87 87
Fax (351-1) 496 02 55
E-mail: dlb@ip.pt

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, SA 📖 ●
Rua da Escola Politécnica n.º 135
P-1250-100 Lisboa Codex
Tel. (351) 213 94 57 00
Fax (351) 213 94 57 50
E-mail: spoce@incm.pt
URL: http://www.incm.pt

Telepac 💻
Rua Dr. A. Loureiro Borges, 1
Arquiparque - Miraflores
P-1495 Algés
Tel. (351-1) 790 70 00
Fax (351-1) 790 70 43
E-mail: bdados@mail.telepac.pt
URL: http://www.telepac.pt

SUOMI/FINLAND

Akateeminen Kirjakauppa/ Akademiska Bokhandeln 📖 ●
Keskuskatu 1/Centralgatan 1, PL/PB 128
FIN-00101 Helsinki/Helsingfors
P./tfn (358-9) 121 44 18
F./fax (358-9) 121 44 35
Sähköposti: sps@akateeminen.fi
URL: http://www.akateeminen.com

TietoEnator Corporation Oy, Information Service 💻
PO Box 406
FIN-02101 Espoo/Esbo
P./tfn (358-9) 86 25 23 31
F./fax (358-9) 86 25 35 53
Sähköposti: markku.kolari@tietoenator.com
URL: http://www.tietoenator.com/tietopalvelut

SVERIGE

BTJ AB 📖 ●
Traktorvägen 11, S-221 82 Lund
Tfn (46-46) 18 00 00, fax (46-46) 30 79 47
E-post: btjeu-pub@btj.se
URL: http://www.btj.se

Sema Group InfoData AB 💻
Fyrverkarbacken 34-36
S-100 26 Stockholm
Tfn (46-8) 738 50 00, fax (46-8) 618 97 78
E-post: infotorg@infodata.sema.se
URL: http://www.infodata.sema.se

Statistika Centralbyrån ●
Karlavägen 100, Box 24 300
S-104 51 Stockholm
Tfn (46-8) 783 48 01, fax (46-8) 783 48 99
E-post: infoservice@scb.se
URL: http://www.scb.se/scbswe/ishtm/eubest.htm

UNITED KINGDOM

Abacus Data Services (UK) Ltd ●
Waterloo House, 59 New Street
Chelmsford, Essex CM1 1NE
Tel. (44-1245) 25 22 22
Fax (44-1245) 25 22 44
E-mail: abacusuk@aol.com
URL: www.abacusuk.co.uk

Business Information Publications Ltd ●
15 Woodlands Terrace
Glasgow, G3 6DF, Scotland
Tel. (44-141) 332 82 47
Fax (44-141) 331 26 52
E-mail: bip@bipcontracts.com
URL: http://www.bipcontracts.com

Context Electronic Publishers Ltd 💻
Grand Union House
20 Kentish Town Road
London NW1 9NR
Tel. (44-171) 267 89 89
Fax (44-171) 267 11 33
E-mail: davidr@context.co.uk
URL: http://www.justis.com

DataOp Alliance Ltd ●
PO Box 2600, Eastbourne BN22 0QN
Tel. (44-1323) 52 01 14
Fax (44-1323) 52 00 05
E-mail: sales@dataop.com
URL: http://www.dataop.com

The Stationery Office Ltd 📖 ●
Orders Department
PO Box 276
London SW8 5DT
Tel. (44-171) 870 60 05-522
Fax (44-171) 870 60 05-533
E-mail: book.orders@theso.co.uk
URL: http://www.tsonline.co.uk

ÍSLAND

Bokabud Larusar Blöndal 📖 ●
Skólavördustig, 2, IS-101 Reykjavik
Tel. (354) 551 56 50
Fax (354) 552 55 60
E-mail: bokabud@simnet.is

Skýrr 💻
Ármúli, 2, IS-108 Reykjavik
Tel. (354) 569 51 00
Fax (354) 569 52 51
E-mail: sveinbjorn@skyrr.is
URL: http://www.skyrr.is

NORGE

Swets Norge AS 📖 ●
Østenjoveien 18, Boks 6512 Etterstad
N-0606 Oslo
Tel. (47-22) 97 45 00, fax (47-22) 97 45 45
E-mail: kytterlid@swets.nl

Vestlandsforsking 💻
Fossetunet 3
N-5800 Sogndal
Tel. (47-57) 67 61 50, fax (47-57) 67 61 90
E-mail: eurolink@vf.hisf.no

SCHWEIZ/SUISSE/SVIZZERA

Euro Info Center Schweiz 📖 ●
c/o OSEC, Stampfenbachstraße 85
PF 492, CH-8035 Zürich
Tel. (41-1) 365 53 15, Fax (41-1) 365 54 11
E-mail: eics@osec.ch
URL: http://www.osec.ch/eics

OUTROS PAÍSES

Uma lista completa dos postos de venda/difusão das diversas séries do *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* – principalmente nos países terceiros – pode ser obtida no Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias ou através da Internet, na «Homepage», no seguinte endereço: http://eur-op.eu.int/en/general/s-ad.htm

Este Jornal Oficial também está disponível no endereço *(site)* EUR-Lex (http://europa.eu.int/eur-lex) durante 45 dias

Para mais informações relativas à União Europeia, consultar INTERNET: http://europa.eu.int

SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS DAS COMUNIDADES EUROPEIAS
L-2985 LUXEMBURGO

I

(Comunicações)

COMISSÃO

Taxas de câmbio do euro [1]

17 de Março de 2000

(2000/C 78/01)

1 euro	=	7,4457	coroas dinamarquesas
	=	333,7	dracmas gregas
	=	8,417	coroas suecas
	=	0,6146	libra esterlina
	=	0,9672	dólares dos Estados Unidos
	=	1,4277	dólares canadianos
	=	102,31	ienes japoneses
	=	1,6126	francos suíços
	=	8,154	coroas norueguesas
	=	71,1422	coroas islandesas [2]
	=	1,5881	dólares australianos
	=	1,9922	dólares neozelandeses
	=	6,25682	randes sul-africanos [2]

[1] *Fonte:* Taxas de câmbio de referência publicadas pelo Banco Central Europeu.

[2] *Fonte:* Comissão.

Regulamento (CEE) n.º 3030/93 do Conselho, de 12 de Outubro de 1993 ([1]) relativo ao regime comum aplicável às importações decertos produtos têxteis originários de países terceiros, com a última redacção que lhe foi dada peçlo Regulamento (CE) n.º 1072/1999 ([2]) da Comissão

[Anexo III, Artigo 30.º (a)]

(2000/C 78/02)

LISTA DAS AUTORIDADES NACIONAIS COMPETENTES

1.	**België**	**Belgique**	
	Ministerie van Economische Zaken Bestuur Economische Betrekkingen Dienst Vergunningen Generaal Lemanstraat 60 B-1040 Brussel	Ministère des affaires économiques Administration des relations économiques Service des licences Rue Général-Leman 60 B-1040 Bruxelles	Tel. (32-2) 206 58 11 Fax (32-2) 230 83 22
2.	**Danmark**		
	Erhvervsfremmestyrelsen Erhvervsministeriet Søndergade 25 DK-8600 Silkeborg		Tlf. (45) 35 46 64 30 Fax (45) 35 46 64 01
3.	**Deutschland**		
	Bundesamt für Wirtschaft Frankfurter Straße 29—31 D-65760 Eschborn		Tel. (49 61 96) 4 04-0 Fax (49 61 96) 9 42 26
4.	**Ελλάδα**		
	Υπουργείο Εθνικής Οικονομίας Γενική Γραμματεία Διεθνών Οικονομικών Σχέσεων Γενική Διεύθυνση Εξωτερικών Οικονομικών και Εμπορικών Σχέσεων Διεύθυνση Διαδικασιών Εξωτερικού Εμπορίου Κορνάρου 1 GR-10563 Αθήνα		Τηλ. (301) 328 60 31/ /21/63 Φαξ (301) 328 60 94
5.	**España**		
	Ministerio de Economía y Hacienda Secretaría General de Comercio Exterior Paseo de la Castellana, 162 E-28046 Madrid		Tel. (34) 913 49 38 17, 913 49 37 48 Fax (34) 915 63 18 23, 913 49 38 31
6.	**France**		
	Ministère de l'économie, des finances et de l'industrie Direction génerale de l'industrie, des technologies de l'information et des postes Service des industries manufacturières (SIM) DIGITIP 2 Le Bervil 12, rue Villiot F-75572 Paris Cedex		Tél. (33 1) 44 87 17 17 Fax (33 1) 53 44 91 81

([1]) JO L 275 de 8.11.1993, p. 1.

([2]) JO L 134 de 28.5.1999, p. 1.

7.	**Ireland**	
	Department of Enterprise, Trade and Employment Internal Market Kildare Street Dublin 2 Ireland	Tel. (353 1) 631 21 21 Fax (353 1) 631 28 26
8.	**Italia**	
	Ministero del Commercio con l'estero Direzione generale per la Politica commerciale e per la gestione del regime degli scambi Div. III Viale America 341 I-00144 Roma	Tel. (39 06) 59 64 75 17, 59 93 22 02/22 15 Fax (39 06) 59 93 22 35/ /22 63 Telex (39 06) 59 64 75 31
9.	**Luxembourg**	
	Ministère des affaires étrangères Office des licences Boîte postale 113 L-2011 Luxembourg	Tel. (352) 47 82 371 Fax (352) 46 61 38
10.	**Nederland**	
	Belastingdienst/Douane Centrale dienst voor in- en uitvoer Engelse Kamp 2 Postbus 30003 9700 RD Groningen Nederland	Tel. (31-50) 523 91 11 Fax (31-50) 526 06 98
11.	**Portugal**	
	Ministério da Economia Direcção-Geral das Relações Económicas Internacionais Avenida da República, 79 P-1069-059 Lisboa	Tel. (351-1) 791 18 00/19 43 Fax (351-1) 793 22 10, 796 37 23 Telex: 13 418
12.	**United Kingdom**	
	Department of Trade and Industry Import Licensing Branch Queensway House West Precinct Billingham TS23 2NF United Kingdom	Tel. (44 1642) 36 43 33, 36 43 34 Fax (44 1642) 53 35 57
13.	**Österreich**	
	Bundesministerium für wirtschaftliche Angelegenheiten Gruppe II A Landstrasser Hauptstraße 55/57 A-1030 Wien	Tel. (43 1) 71102-361, -345 Fax (43 1) 715 83 47
14.	**Sverige**	
	National Board of Trade (Kommerskollegium) Box 6803 S-113 86 Stockholm	Tfn (46-8) 690 48 00 Fax (46-8) 30 67 59
15.	**Suomi**	
	Tullihallitus Erottajankatu 2 FIN-00101 Helsinki	P. (358-9) 61 41 F. (358-9) 614 28 52

Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º (antigos artigos 92.º e 93.º) do Tratado CE

A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções

(2000/C 78/03)

Data de adopção da decisão: 17.2.2000

Estado-Membro: Itália (Apúlia)

N.º do auxílio: N 375/98

Denominação: Medidas a favor da compra de propriedades agrícolas

Objectivo: Fornecer auxílios estatais para a compra de propriedades agrícolas (terrenos e activos imobiliários que possam encontrar-se nesses terrenos)

Base jurídica: Disegno di legge regionale, concernente: «Interventi per favorire lo sviluppo della proprietà coltivatrice»

Orçamento: No primeiro ano, cerca de mil milhões de liras italianas (cerca de 500 000 euros)

Intensidade ou montante do auxílio:

— 40 % (50 % nas zonas menos favorecidas)

— No caso de os investimentos serem efectuados por jovens agricultores: 45 % (55 % nas zonas menos favorecidas)

Duração: Indeterminada

Outras informações: O regime será aplicado em conformidade com os compromissos assumidos pelas autoridades competentes por cartas de 9 de Dezembro de 1998, 18 de Agosto de 1999 e 29 de Novembro de 1999

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 8.12.1999

Estado-Membro: Alemanha (Renânia do Norte-Vestefália)

N.º do auxílio: N 72/99

Denominação: Concessão de uma subvenção para a promoção do leite de origem biológica nas escolas

Objectivo: Reduzir a diferença de preços entre o leite biológico e o não biológico a fim de promover os produtos lácteos de origem biológica

Base jurídica: Richtlinien über die Gewährung von Zuwendungen zur Förderung von Bio-Schulmilch

Orçamento: 100 000 marcos alemães por ano

Intensidade ou montante do auxílio: Concessão de 0,10 marcos alemães por unidade de 0,2 l de leite escolar de origem biológica e de produtos lácteos escolares de origem biológica

Duração: Indefinida (orçamento afectado para os anos 1999-2001)

Outras informações: As autoridades alemãs deverão apresentar um relatório anual; as autoridades alemãs deverão voltar a notificar o auxílio o mais tardar três anos após a sua introdução, a fim de verificar se se mantém a sua compatibilidade com o artigo 26.º do Regulamento (CEE) n.º 804/68.

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 2.2.2000

Estado-Membro: Países Baixos

N.º do auxílio: NN 137/99 (ex N 647/99)

Denominação: Investigação sobre critérios de qualidade relativos aos produtos de padaria

Objectivo: Através desta medida, o organismo competente em matéria de cereais, sementes e leguminosas pretende que se proceda a investigações sobre a relação entre as características dos materiais de base e a qualidade dos produtos finais nos sectores da produção de farinha para produtos de padaria, dos biscoitos, das bolachas e dos bolos. Serão desenvolvidos critérios de qualidade objectivos relativos à farinha para estes sectores

Base jurídica:

— Verordening Fonds Wetenschappelijk Onderzoek en Voorlichting Inlandse Granen;

— Verordening GZP Bestemmingsfonds Verwerkende Bedrijven

Orçamento: 100 000 florins neerlandeses por ano

Intensidade ou montante do auxílio: Esta medida não constitui um auxílio

Duração: Indeterminada

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 18.1.2000

Estado-Membro: Bélgica

N.º do auxílio: NN 141/99

Denominação: Indemnização para determinados géneros alimentícios de origem animal

Objectivo: Acelerar a eliminação das consequências da contaminação pelas dioxinas através do pagamento de indemnizações para os géneros alimentícios exportados destruídos devido a contaminação ou por ter sido ultrapassado o prazo de validade

Base jurídica:

— Arrêté ministériel du 26 octobre 1999 relatif à l'institution d'un régime d'indemnisation suite à la crise de la dioxine, pour certaines denrées alimentaires d'origine animale

— Ministerieel besluit van 26 oktober 1999 tot instelling van een vergoedingsregeling naar aanleiding van de dioxinecrisis voor sommige voedingsmiddelen van dierlijke oorsprong

Intensidade ou montante do auxílio: 100 %, no máximo

Duração: Indeterminada

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 18.1.2000

Estado-Membro: Dinamarca

N.º do auxílio: N 270/99

Denominação: Alteração do regime de taxas parafiscais relativas à produção suína

Objectivo: Prevenção e luta contra a *Salmonella* DT 140

Base jurídica: Bekendtgørelse om overvågning af Salmonella i slagtesvin og i ferks kød af kvæg og svin, om undersøgelser for Salmonella i svine- og kvægbesætninger og om fund af multiresistente Salmonella Typhimurium DT 104 hos kvæg og svin, bekendtgørelse nr. 309 af juni 1998

Orçamento: 100 milhões de coroas dinamarquesas (cerca de 13 500 000 de euros)

Intensidade ou montante do auxílio: No máximo, 100 % das perdas sofridas

Duração: Indeterminada, sujeita a um procedimento orçamental anual

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 17.2.2000

Estado-Membro: Itália (Emília Romanha)

N.º do auxílio: N 465/99

Denominação: Valorização dos produtos agrícolas e agro-alimentares obtidos através de técnicas que respeitam o ambiente e a saúde dos consumidores

Objectivo: Ver denominação

Base jurídica: Progetto di legge regionale «Valorizzazione dei prodotti agricoli ed alimentari ottenuti con tecniche rispettose dell'ambiente e della salute dei consumatori. Abrogazione delle leggi regionale 29/92 e 51/95»

Orçamento: Indeterminado

Intensidade ou montante do auxílio:

— Promoção no sentido lato — no máximo, 100 % dos custos totais

— Publicidade — 50 % dos custos totais

Duração: Indeterminada

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 2.2.2000

Estado-Membro: Reino Unido

N.º do auxílio: N 771/99

Denominação: Auxílio a favor do «Milk Development Council»

Objectivo: Campanha genérica destinada ao grande público a fim de aumentar o consumo do leite no Reino Unido

Base jurídica: Artigo 39.º do Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho; regulamentação de 1995 do Conselho relativa ao desenvolvimento do sector do leite; lei de 1947 relativa à organização e ao desenvolvimento industrial

Orçamento: 3,5 milhões de libras esterlinas por ano

Intensidade ou montante do auxílio: 50 % dos custos devem ser financiados pelo auxílio proveniente da imposição

Duração: Indeterminada. Revisão após um período de 18 meses

Outras informações: As campanhas deverão ser financiadas por uma imposição adicional de 0,03 *pences* por litro de leite aplicada aos produtores de leite britânicos e por uma contribuição voluntária dos transformadores de leite

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º (antigos artigos 92.º e 93.º) do Tratado CE

A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções

(2000/C 78/04)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Data de adopção da decisão: 6.10.1998

Estado-Membro: Reino Unido (Escócia — distrito administrativo de Moray)

N.º do auxílio: N 417/98

Denominação: Programa de auxílio ao sector das pescas do distrito administrativo de Moray

Objectivo: Programa de auxílio ao sector das pescas do distrito administrativo de Moray

Base jurídica: Section 171A of the Local Government (Scotland) Act 1973, as inserted by Section 171 of the Local Government etc. (Scotland) Act 1994

Orçamento: Até 30 000 libras esterlinas durante um período de 18 meses

Duração: Até 31 de Dezembro de 1999

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 29.9.1999

Estado-Membro: Reino Unido

N.º do auxílio: NN 88/98

Denominação: Financiamento de um canal noticioso sem publicidade de 24 horas através de uma taxa de licença a favor da BBC

Objectivo: Financiar o lançamento de um serviço de transmissão noticioso sem publicidade de 24 horas

Orçamento: 26 milhões de libras esterlinas no exercício fiscal 1997/1998 e 50 milhões de libras esterlinas nos anos seguintes

Duração: Em curso

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 13.10.1999

Estado-Membro: Países Baixos

N.º do auxílio: NN 124/98

Denominação: Isenções de imposições sobre emissões a favor da Kemira Agro Pernis BV (KAP) e da Hydro Agri Rotterdam BV (HAR)

Objectivo: Protecção ambiental

Base jurídica: „Artikel 63 Algemene Wet inzake rijksbelastingen juncto artikel 19, eerste lid, onder b), van de Wet verontreiniging oppervlaktewateren"

Intensidade ou montante do auxílio: Aproximadamente 1 milhão de florins neerlandeses por ano

Duração: 1993-1996

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 30.11.1999

Estado-Membro: Espanha

N.º do auxílio: N 496/99

Denominação: Alteração de um regime de auxílios relativo ao desenvolvimento e à diversificação económica das zonas rurais

Objectivo: Desenvolvimento e diversificação económica das zonas rurais Leader II e Proder (Objectivos n.º 1 e 5b)

Base jurídica: Reglamentos (CE) nº 2052/88 y (CE) nº 4253/88 del Consejo

Orçamento: Sem incidência orçamental

Intensidade ou montante do auxílio: Variável

Duração: Até ao final de 1999

Outras informações: N 230/A/95, N 230/B/95 e N 965/95

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 17.2.2000

Estado-Membro: Itália (Toscana)

N.º do auxílio: N 394/99

Denominação: Auxílio para o desenvolvimento da aquicultura

Objectivo: Auxiliar o desenvolvimento da aquicultura mediante auxílios sob forma de conselhos, auxílios à formação e à divulgação, auxílios à investigação e ao desenvolvimento tecnológico e auxílios para a promoção e a procura de novos mercados

Base jurídica: Lei da Região da Toscana

Orçamento: 800 milhões de liras italianas por ano (413 165 euros)

Intensidade ou montante do auxílio: No caso de intervenção directa junto das empresas, participação destas de, no mínimo, 30 %

Duração: Não limitada

Outras informações: Relatório anual

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

AUXÍLIOS ESTATAIS

Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE, relativamente ao auxílio C 77/99 (ex NN 97/99) — Auxílios regionais à VW-AMD para um projecto de investimento na Saxónia

(2000/C 78/05)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Por carta de 3 de Fevereiro de 2000, publicada na língua que faz fé a seguir ao presente resumo, a Comissão notificou a Alemanha da decisão de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente ao auxílio acima mencionado.

As partes interessadas podem apresentar as suas observações quanto aos auxílios em relação aos quais a Comissão deu início ao procedimento no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente resumo e da carta, enviando-as para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Direcção Auxílios Estatais II
Rue de la Loi/Wetstraat 200
B-1049 Bruxelas
Fax (32-2) 296 95 79.

Estas observações serão comunicadas à Alemanha. Qualquer interessado que apresente observações pode solicitar por escrito o tratamento confidencial da sua identidade, devendo justificar o pedido.

Nos termos do artigo 14.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho, de 22 de Março de 1999, os auxílios ilegais podem ser objecto de recuperação junto do beneficiário.

RESUMO CIRCUNSTANCIADO

1. **Historial**

As autoridades alemãs notificaram em Julho de 1999 um projecto de auxílios regionais à empresa Automobilmanufaktur Dresden GmbH (AMD), sucursal a 100 % da Volkswagen AG (VW), para investimentos destinados à produção de um novo veículo para o segmento dos automóveis de luxo.

Para assegurar o seu sucesso comercial, a VW desenvolveu um conceito baptizado «gläserne Manufaktur» (fábrica transparente).

As autoridades alemãs afirmam que, na sequência de um estudo de localização exaustivo, que pôs em concorrência Dresden, Berlim e Praga, nomeadamente, a VW decidiu implantar o seu projecto em Dresden (Saxónia). Tendo em conta as limitações técnicas e ambientais, a VW definiu o seguinte sistema de produção: os sectores de carroçaria e de pintura ficariam em Mosel, onde a VW dispõe já de uma fábrica eficiente, sendo criados um centro intermédio de armazenamento em Dresden-Friedrichstadt e a «fábrica transparente» perto do centro histórico de Dresden, na «Straßburger Platz».

Os investimentos produtivos ascendem no total a 1 536 milhões de marcos alemães, no período 1999-2002. No final, a capacidade instalada ascenderá a 37 500 unidades/ano. Serão criados ou salvaguardados a longo prazo 2 000 empregos.

Mosel situa-se numa região assistida ao abrigo do n.º 3, alínea a), do artigo 87.º do Tratado CE, com um limite máximo regional de 35 % ESB. Dresden fica também numa região abrangida pelo n.º 3, alínea a), do artigo 87.º do Tratado CE, mas o seu limite regional é de 28 % ESB para as grandes empresas.

Segundo o regime aprovado, «Gemeinschaftsaufgabe Verbesserung der regionalen Wirtschaftsstruktur» (GA), o «27. Rahmenplan» e a lei «Investitionszulagengesetz 1999», seriam atribuídos à AMD-VW auxílios regionais no montante nominal de cerca de 190 milhões de marcos alemães, pagos de maneira progressiva, a partir de 1999, em função da realização dos investimentos. Além disso, terá sido concedido um auxílio *ad hoc* de 3,3 milhões de marcos alemães pelo município de Dresden na compra do terreno em que seria erigida a fábrica de montagem.

A intensidade dos auxílios regionais seria de 13,4 % (ESB), em média. Para Mosel, por um lado, e para o centro logístico e a «fábrica transparente» de Dresden, por outro lado, as intensidades específicas ascenderiam a 11,8 % de 13,9 %, respectivamente.

A Alemanha afirma que os auxílios em causa seriam compatíveis, graças ao n.º 2, alínea a), do artigo 87.º [1] do Tratado CE. As alíneas a) e c) do n.º 3 do artigo 87.º do Tratado CE poderiam também ser invocadas para estabelecer a compatibilidade dos auxílios previstos.

---

[1] O n.º 2, alínea c), do artigo 87.º do Tratado CE torna compatíveis as ajudas concedidas a certas regiões da República Federal da Alemanha afectadas pela divisão da Alemanha, na medida em que sejam necessárias para compensar as desvantagens económicas causadas por esta divisão.

Um análise custos/benefícios (ACB) preparada pelas autoridades alemãs avalia em 37,1 % o «handicap» de Mosel/Dresden em relação a um investimento comparável efectuado nos sítios alternativos identificados na República Checa, em Praga/Mlada Boleslav/Kvasiny. Concretizando, Mosel sofreria de um «handicap» de 180 % face a Kvasiny/Mlada Boleslav e Dresden de 19,7 % em relação a Mlada Boleslav/Praga.

2. **Apreciação**

O Zuschüsse e o Zulagen em análise constituem evidentes auxílios de Estado, notificáveis em virtude do enquadramento automóvel ([2]).

O processo em análise não parece justificar a concessão da isenção prevista no n.º 2, alínea c), do artigo 87.º ([3]) do Tratado CE.

De acordo com a VW, o estudo de localização incidiu sobre a identificação de uma cidade dotada de um património cultural rico e relativamente próxima das fábricas do grupo VW. A escolha recairia hoje em Dresden ou Praga (e para as fábricas de estampagem, de soldadura e de pintura, respectivamente, Mosel ou Mlada Boleslav/Kvasiny).

Os serviços exprimem incertezas quanto à realidade da alternativa apresentada. Com efeito, tendo em conta as características do veículo objecto do investimento, em especial o seu posicionamento no topo da gama, não é certo que a produção num PECO — onde a imagem de qualidade e de fiabilidade da produção ainda não é sólida — seja uma real opção no plano comercial. Esta reflexão tem ainda mais sentido face à técnica de venda prevista pelo construtor, que impede o anonimato do local de produção.

Portanto, na falta de informações complementares convincentes, a Comissão considera que a mobilidade dos investimentos pretendida pela Alemanha não se encontra demonstrada na presente fase. Não está suficientemente provado que Praga/ /Mlada Boleslav/Kvasiny constituam a melhor alternativa a Dresden/Mosel.

Além disso, as análises custos/benefícios (ACB) transmitidas pelas autoridades alemãs não parecem respeitar, em muitos dos seus aspectos, a prática da Comissão. A natureza dos investimentos — instalações novas ou alargamento — deve ser aprofundada. Não teriam sido integrados no ACB os riscos inerentes aos projectos. Assim, suscitam-se dúvidas substanciais quanto à realidade dos «handicaps» e do ACB apresentados pela Alemanha. Além disso, uma dificuldade metodológica a clarificar consiste em definir a que nível (para o projecto na sua totalidade ou por fábrica) se situam as conclusões em termos de «handicap» e de intensidade do auxílio autorizável. Por último, os montantes e as intensidades dos auxílios calculados pelas autoridades alemãs requerem exames complementares.

Para concluir, as divergências de apreciação entre a Alemanha e a Comissão poderiam levar a desvios muito sensíveis nas avaliações dos «handicaps» e dos auxílios no ACB. No estado actual das informações disponíveis, não é possível calcular com precisão a intensidade dos «handicaps» e a intensidade dos auxílios.

Por último, os auxílios em análise não parecem susceptíveis de beneficiar de uma das derrogações previstas nos n.os 2 e 3 do artigo 87.º do Tratado CE.

3. **Proposta de decisão**

A Comissão decidiu, assim, instaurar o procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE em relação ao projecto de auxílios regionais à empresa Volkswagen AG — AMD para os investimentos em causa. Além disso, a Comissão ordena à Alemanha que forneça todas as informações necessárias para o exame do caso no prazo de um mês.

TEXTO DA CARTA À ALEMANHA

„Hiermit teilt die Kommission den deutschen Behörden mit, daß sie nach Prüfung der vorgelegten Angaben zu der im Betreff genannten Beihilfe gemäß Artikel 6 der Verfahrensverordnung ([4]) beschlossen hat, ein Verfahren nach Artikel 88 Absatz 2 EG-Vertrag in dieser Sache zu eröffnen.

(1) Mit Schreiben vom 2. Juli 1999 hatten Ihre Behörden ihr Vorhaben gemeldet, dem Unternehmen Volkswagen AG (VW) eine Regionalbeihilfe für Investitionen zum Bau eines ‚gläsernen' Autowerks in Dresden zu gewähren. Nach einer ersten Kontaktaufnahme wurde das Vorhaben mit Schreiben vom 27. November 1998 angekündigt. Am 8. Juli 1999 fand eine Zusammenkunft statt, auf der das Projekt vorgestellt wurde. Nach einer ersten Auswertung hat die Kommission Ihren Behörden mit Schreiben vom 20. Juli 1999 mitgeteilt, daß sie diesen Vorgang als eine nicht angemeldete Beihilfe unter der Nr. NN 97/99 eingetragen hat. Die von der Kommission mit Schreiben vom 3. August 1999 erbetenen zusätzlichen Auskünfte wurden von den deutschen Behörden mit Schreiben vom 5. Oktober 1999 nur teilweise beantwortet. Mit Schreiben vom 21. Oktober 1999 hat die Kommission den Empfang Ihres Schreibens vom 5. Oktober bestätigt und erläutert, warum dieser Vorgang weiterhin als nicht angemeldete Beihilfe einzustufen ist.

(2) Die Volkswagen-Gruppe erzielte im Jahr 1998 mit einem Absatz von 2,8 Mio. Fahrzeugen der vier Marken Volkswagen, Audi, Seat und Skoda in Westeuropa einen Marktanteil von 18 %.

(3) VW hat beschlossen, unter der Marke Volkswagen ein neues Fahrzeug der Oberklasse D im Wettbewerb zu den Modellen Audi A8, Mercedes S-Klasse, BMW-Reihe 7, Jaguar (Limousinen) . . . zu bauen. Um den Erfolg dieses neuen Luxusmodells zu gewährleisten, hat VW ein ‚gläserne Manufaktur' getauftes Konzept entwickelt, das den Bau eines neuen zugänglichen und ‚durchsichtigen' Werks vorsieht, um dem Käufer zu ermöglichen, die von hoch-

([2]) JO C 279 de 15.9.1997.

([3]) O n.º 2, alínea c), do artigo 87.º do Tratado CE torna compatíveis as ajudas concedidas a certas regiões da República Federal da Alemanha afectadas pela divisão da Alemanha, na medida em que sejam necessárias para compensar as desvantagens económicas causadas por esta divisão.

([4]) Verordnung (EG) Nr. 659 vom 22. März 1999 über die Verfahren der Anwendung von Artikel 93 EG-Vertrag.

qualifiziertem Personal vorgenommene Endmontage seines Fahrzeugs an Ort und Stelle zu verfolgen. Das Montagewerk soll in einer Stadt errichtet werden, die das Zusammenwirken von Ingenieurkunst, Tradition und Kultur symbolisiert.

(4) Gemäß Ihren Behörden hat VW nach einer eingehenden Gegenüberstellung der Standorte Dresden, Berlin und Prag aufgrund einer Ansiedlungsstudie beschlossen, dieses Vorhaben in Dresden durchzuführen.

(5) In Anbetracht der technischen und umweltbedingten Sachzwänge hat VW folgendes Produktionssystem entwickelt: Karosseriewerk und Lackiererei werden in dem modernen VW-Werk Mosel (Sachsen) eingerichtet, ein Zwischenlager wird in Dresden-Friedrichstadt aufgebaut, während das gläserne Werk nahe der historischen Dresdner Altstadt am Straßburger Platz errichtet wird.

(6) In dem Zeitraum 1999—2002 sollen Sachinvestitionen von nominal 1,536 Mrd. DEM vorgenommen werden. In nachstehender Tabelle sind diese Investitionen nach Kostenart aufgeschlüsselt:

Mio. DEM, nominal	Betrag
Baumaßnahmen	(. . .)
Maschinen, Anlagen	(. . .)
Komponenten	(. . .)
Komponentenzulieferer	(. . .)
Förderbare Kosten insgesamt	1 405
Nicht förderbare Aufwendungen (. . .)	(. . .)
Investitionen insgesamt	1 536

(7) In der Vollausbaustufe wird die installierte Kapazität 37 500 Fahrzeuge jährlich betragen. Gemäß Ihrer Regierung werden in direktem Zusammenhang mit dem angemeldeten Vorhaben wenigstens 2 000 Arbeitsplätze geschaffen oder langfristig gesichert.

(8) Es wurde eine 100%-ige Tochtergesellschaft der VW AG unter dem Namen Automobilmanufaktur Dresden GmbH (AMD) gegründet, um dieses Vorhaben durchzuführen und daraufhin das Logistikzentrum und das Werk in Dresden zu leiten.

(9) Das neue Verzeichnis der Fördergebiete in Deutschland wurde von der Kommission für die Regionen nach Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe a) genehmigt. Der Standort Mosel befindet sich in einer Region gemäß diesem Artikel mit einem Förderhöchstbetrag von 35 % Bruttosubventionsäquivalent. Dresden liegt ebenfalls in einer derartigen Region, jedoch mit einem Förderhöchstbetrag für Großunternehmen von 28 % BSÄ.

(10) Die Regionalbeihilfen werden AMD im Rahmen der Gemeinschaftsaufgabe Verbesserung der regionalen Wirtschaftsstruktur (GA) — 27. Rahmenplan — und des Investitionszulagengesetzes 1999 gewährt, gegenüber dem ein Verfahren nach Artikel 88 Absatz 2 EG-Vertrag von der Kommission eröffnet worden ist [5]. Die Beihilfen sollen ab 1999 nach Maßgabe der Durchführung der Investitionen fortschreitend gewährt werden. Außerdem soll von der Stadtverwaltung Dresden für den Erwerb des Grundstücks für das neue Werk bereits eine Ad-hoc-Beihilfe von 3,3 Mio. DEM gewährt worden sein, was jedoch von ihren Behörden bestritten wird.

(11) Das Bruttosubventionsäquivalent der von Ihren Behörden vorgesehenen Regionalbeihilfen soll sich auf insgesamt 13,4 % (aktualisiert) belaufen; die jeweiligen Intensitäten für das Werk Mosel, das Logistikzentrum und die gläserne Manufaktur Dresden sollen 11,8 % bzw. 13,9 % betragen. Damit würden sie unterhalb der geltenden Höchstgrenzen liegen.

(12) Die Vereinbarkeit dieser Beihilfen mit Artikel 87 Absatz 2 Buchstabe c) EG-Vertrag ist nach Auffassung Ihrer Regierung gegeben. Außerdem wären die Buchstaben a) und c) dieses Artikels für die Vereinbarkeit der vorgesehenen Beihilfen ebenfalls in Betracht zu ziehen.

(13) Ihre Behörden haben mit Schreiben vom 5. Oktober 1999 der Kommission eine Kosten-Nutzen-Analyse vorgelegt, worin der Nachteil der Standorte Mosel/Dresden mit einer Intensität von 37,1 % gegenüber einer vergleichbaren Investition in den Alternativstandorten Prag/Mlada Soleslav/Kvasiny angegeben wird, wobei der Nachteil des Standortes Mosel 180 % gegenüber Kvasiny/Mlada Boleslav und der Nachteil von Dresden 19,7 % gegenüber Mlada Boleslav/Prag betragen soll.

(14) Für weitere am Standort Wolfsburg vorgesehene Investitionen (die in den für dieses Vorhaben angemeldeten Beträgen nicht enthalten sind) könnten ebenfalls zusätzliche Regionalbeihilfen beantragt werden, falls sie in Fördergebieten vorgenommen werden.

(15) Schließlich bedinge nach Auffassung Ihrer Behörden dieses Entwicklungsprogramm von VW nicht die Entstehung eines Globalprojekts im Sinne des Kfz-Gemeinschaftsrahmens [6].

(16) Außerdem sollen Ausbildungsbeihilfen von Ihrer Regierung vorgesehen sein, es wurde der Kommission jedoch ein Betrag genannt, noch ein Ausbildungsprogramm vorgelegt.

(17) Die von ihren Behörden angemeldeten Maßnahmen zugunsten von Volkswagen-AMD für die Standorte Mosel, Dresden Friedrichstadt und Dresden werden gemäß Artikel 87 Absatz 1 EG-Vertrag vom Staat oder aus staatlichen Mitteln finanziert. Indem sie einen erheblichen Teil der Finanzierungskosten des Vorhabens ausmachen, drohen sie den Wettbewerb in der Europäischen Union durch die Begünstigung dieses Unternehmens gegenüber nicht geförderten Unternehmen zu verfälschen. Schließlich zeichnet sich der Markt von Personenkraftfahrzeugen durch einen umfangreichen Handelsverkehr zwischen den Mitgliedstaaten der Union aus.

---

[5] Vor allem in bezug auf die Bedingungen der Anwendung dieses Gesetzes auf die sensiblen Wirtschaftszweige.

[6] ABl. C 279 vom 15.9.1998, S. 1.

(18) Die vorgesehenen Beihilfen werden für den Bau von Kraftfahrzeugen gewährt und betreffen damit den Kfz-Sektor im Sinne des Gemeinschaftsrahmens für staatliche Beihilfen an die Kfz-Industrie.

(19) Da sich die Investitionen auf insgesamt 1,536 Mrd. DEM (785 Mio. EUR) belaufen und Beihilfen von insgesamt 194 Mio. DEM (99 Mio. EUR) gewährt werden sollen, ist eine Anmeldung dieses Vorhabens gemäß dem Gemeinschaftsrahmen erforderlich.

(20) Außerdem könnte es sich bei einem Teil der Maßnahmen um Ad-hoc-Beihilfen handeln. So sollen Investitionszulagen in Anwendung einer von der Kommission noch nicht genehmigten Regelung gewährt werden. Außerdem halten ihre Behörden den von der Stadt Dresden für den Kauf des Grundstücks am Straßburger Platz durch VW-AMD vermutlich gewährten Zuschuß nicht für eine Beihilfe. Es ist somit zu ermitteln, wie diese Maßnahme einzustufen ist.

(21) Gemäß Artikel 87 Absatz 2 EG-Vertrag sind bestimmte Arten von Beihilfen mit dem EG-Vertrag zu vereinbaren. In Anbetracht der Art und des Zwecks dieser Beihilfe kommt eine Anwendung der Buchstaben a) und b) dieses Artikels nicht in Betracht.

(22) Ihre Regierung hat außerdem die Anwendung von Artikel 87 Absatz 2 Buchstabe c) geltend gemacht, wonach Beihilfen zugunsten bestimmter von der deutschen Teilung betroffener Regionen der Bundesrepublik Deutschland mit dem Gemeinsamen Markt zu vereinbaren sind, wenn sie für den Ausgleich wirtschaftlicher Nachteile aufgrund der deutschen Teilung erforderlich sind. Hierbei beziehen sie sich auf die vor dem Gericht erster Instanz anhängigen Rechtssachen, bei denen sich die Bundesrepublik Deutschland, der Freistaat Sachsen, VW-Sachsen und die Kommission in dem Vorgang VW-Sachsen gegenüberstehen. Zur Begründung ihrer Argumente hat Ihre Regierung die historische Entwicklung der industriellen Tätigkeit in Sachsen und der Region Dresden herangezogen.

(23) Nach einer ersten strengen Prüfung der Freistellbarkeit sieht die Kommission keine Möglichkeit einer Anwendung von Artikel 87 Absatz 2 Buchstabe c) in diesem Fall, zumal Ihre Behörden weder den Zusammenhang zwischen den Folgen der Teilung Deutschlands mit den Nachteilen in den beiden Standorten Dresden und Mosel hergestellt noch die Notwendigkeit eines Ausgleichs dieser Nachteile nachgewiesen haben. Die Beihilfen müssen erforderlich sein, um die durch die Teilung Deutschlands verursachten wirtschaftlichen Nachteile auszugleichen. Die Kommission geht jedoch davon aus, daß die unmittelbaren Folgen der deutschen Teilung insbesondere hinsichtlich der Infrastrukturen und der regionalen Märkte, was dieses Vorhaben betrifft, sowohl in Mosel als auch in Dresden nicht mehr vorhanden sind. Im übrigen ist der Anwendungsbereich von Artikel 87 Absatz 2 Buchstabe c) auf die alten Bundesländer beschränkt, und selbst wenn dieser Artikel auch in den neuen Bundesländern anwendbar sein sollte, wäre dies auf das ehemalige Grenzgebiet einschließlich Berlins beschränkt, was die Standorte Mosel und Dresden somit ausschließt.

(24) Eine Freistellung gemäß Artikel 87 Absatz 2 Buchstabe c) EG-Vertrag kommt somit nicht in Betracht.

(25) In Artikel 87 Absatz 3 EG-Vertrag sind die Beihilfen aufgeführt, die für mit dem Gemeinsamen Markt vereinbar angesehen werden können. Die Vereinbarkeit muß auf Ebene der Gemeinschaft und nicht im rein nationalen Rahmen ermittelt werden. Um die reibungslose Funktionsweise des Gemeinsamen Marktes zu gewährleisten, sind gemäß dem Grundsatz von Artikel 3 Buchstabe g) EG-Vertrag die in Artikel 87 Absatz 3 aufgeführten Ausnahmen restriktiv auszulegen. Hinsichtlich der Ausnahmebestimmungen von Artikel 87 Absatz 3 Buchstaben b) und d) sind die angemeldeten Beihilfen eindeutig weder ein Vorhaben von gemeinsamem Interesse, noch dazu bestimmt, eine schwere Störung der deutschen Volkswirtschaft zu beheben; außerdem dienen sie nicht der Förderung der Kultur oder der Bewahrung des Kulturerbes. Hinsichtlich der Ausnahmen von Artikel 87 Absatz 3 Buchstaben a) und c) ist festzustellen, daß die Regionen Mosel und Dresden Fördergebiete gemäß Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe a) EG-Vertrag sind.

(26) Die Kommission hat somit zu prüfen, ob die Voraussetzungen des Gemeinschaftsrahmens für staatliche Beihilfen an die Kfz-Industrie erfüllt sind, um über die Vereinbarkeit der vorgesehenen Regionalbeihilfen mit dem Gemeinsamen Markt gemäß den Ausnahmebestimmungen von Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe a) bzw. c) zu befinden.

(27) Die Kommission erkennt an, daß die Erweiterung bestehender gewerblicher Anlagen und die Ansiedlung neuer Werke in benachteiligten Regionen einen Beitrag zur regionalen Entwicklung leisten können. Deshalb befürwortet sie im allgemeinen Investitionsbeihilfen zum Ausgleich von Strukturschwächen in benachteiligten Regionen der Gemeinschaft. Bei der Bewertung von Vorhaben zur Gewährung einer Regionalbeihilfe muß sie jedoch die Vorteile für die regionale Entwicklung (wie z. B. der Beitrag zur dauerhaften Entwicklung der Regionen durch die Schaffung oder Aufrechterhaltung sicherer Arbeitsplätze und die Bindungen an die örtliche und gemeinschaftliche Wirtschaft) möglichen nachteiligen Auswirkungen auf den Sektor insgesamt (wie z. B. die Schaffung oder Aufrechterhaltung erheblicher Überschußkapazitäten) gegenüberstellen. Dabei soll nicht vom wesentlichen Beitrag der Regionalbeihilfen zur Kohäsion auf Gemeinschaftsebene abgesehen, sondern sichergestellt werden, daß andere Gesichtspunkte des gemeinschaftlichen Interesses, wie z. B. die Entwicklung des betreffenden Wirtschaftszweigs auf Gemeinschaftsebene ebenfalls zum Tragen kommen. Für die Bewertung von Regionalbeihilfen an die Kfz-Industrie durch die Kommssion sieht der Gemeinschaftsrahmen deshalb folgenden Ablauf vor:

a) Erstens ist zu überprüfen, ob die betreffende Region für die Gewährung von Beihilfen gemäß dem Gemeinschaftsrecht in Betracht kommt, um daraufhin zu ermitteln, ob für das standortungebundene Vorhaben eine Beihilfe erforderlich ist.

b) Die Kommission prüft daraufhin die Förderbarkeit der für die standortungebundenen Bestandteile des Vorhabens vorgesehenen Kosten.

c) Anschließend untersucht sie für die standortungebundenen, förderbaren Bestandteile des Vorhabens, ob die vorgesehene Beihilfe in einem angemessenen Verhältnis zu den regionalen Problemen steht, zu deren Lösung sie beitragen soll. Hierzu wird eine Kosten-Nutzen-Analyse vorgenommen. Dabei werden für die standortungebundenen Bestandteile die dem Investor für die Durchführung seines Vorhabens in der betreffenden Region entstehenden Kosten mit den Kosten verglichen, die er für dieses Vorhaben an einem Alternativstandort gewärtigen müßte, womit die spezifischen Nachteile des betreffenden Fördergebiets ermittelt werden können. Die Kommission genehmigt Regionalbeihilfen in den Grenzen der regionalen Nachteile bei einer Investition an dem Vergleichsstandort.

d) Schließlich prüft die Kommission die Frage der zusätzlichen Beihilfen. Da es sich beim Kfz-Sektor um einen sensiblen Wirtschaftszweig handelt, werden die Auswirkungen jedes Investitionsvorhabens auf den Wettbewerb vor allem unter dem Gesichtspunkt der Schwankungen der Produktionskapazitäten ([7]) innerhalb der betreffenden Gruppe und des betreffenden Marktes untersucht ([8]).

(28) Die Summe der bei den letzten beiden Verfahrensstufen ermittelten Beträge entspricht dem Gesamtbetrag der von der Kommission zu genehmigenden Beihilfe vorbehaltlich der regionalen Obergrenzen.

(29) Dieses Ihren Behörden bekannte Verfahren wurde bei dem der Anmeldung vorausgehenden Besuch in Brüssel am 8. Juli 1999 in Anwesenheit der Vertreter von VW eingehend erläutert.

(30) Die betreffenden Standorte befinden sich in Fördergebieten nach Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe a), wo Regionalbeihilfen bis zu einer Obergrenze von 28 % BSÄ bzw. 35 % bei Großunternehmen genehmigt werden können.

(31) Zur Ermittlung der Notwendigkeit der Regionalbeihilfe müssen Ihre Behörden nachweisen, daß es sich um ein standortungebundenes Vorhaben handelt, d. h., daß ein wirtschaftlich rentabler Alternativstandort für die Ansiedlung vorhanden ist. Wenn nämlich im Rahmen der betreffenden Gruppe kein neuer oder vorhandener gewerblicher Standort die betreffende Investition aufnehmen könnte, wäre das Unternehmen gezwungen, sein Vorhaben auch ohne Beihilfe in dem einzig in Betracht kommenden Werk durchzuführen.

(32) Ihre Behörden haben hierzu mitgeteilt, daß von VW in den Jahren 1998—1999 eine Ansiedlungsstudie vorgenommen wurde, um den besten Produktions-/Verkaufsstandort für das neue Modell D1 zu ermitteln. Für die Auswahl waren dabei zwei Voraussetzungen maßgeblich, nämlich ein hohes technisches Niveau und ein erstrangiges kulturelles Umfeld. In einer ersten Stufe sollen hierbei die Städte Dresden, Berlin und Prag ins Auge gefaßt worden sein. Nach einer zusätzlichen Prüfung seien nur die Städte Dresden und Prag übrig geblieben. Im Hinblick auf Prag als möglichen Standort wurden die hohe technische Qualität sämtlicher Werke der Gruppe VW, die hundertjährige Tradition als Kfz-Standort und der hohe Ruf der tschechischen Techniker hervorgehoben (was insofern von Bedeutung sei, da zahlreiche Elemente des Modells D1 handgefertigt werden müßten).

(33) Die Kommission hat Fragen zu den von VW in Betracht gezogenen Ansiedlungsalternativen. Ihre Behörden haben eingestanden, daß potentielle Käufer vom Standort des Montage- und Auslieferungswerks beeinflußt werden. Aus subjektiven Gründen würden die Kunden ein in Deutschland hergestelltes Fahrzeug dem in der tschechischen Republik hergestellten Erzeugnis den Vorzug geben. VW räumt ein, daß es sich hierbei um ein Verkaufshindernis handeln könnte, geht jedoch davon aus, daß mit einem erhöhten Marketingbudget der Kundschaft deutlich gemacht werden könnte, daß die Qualität eines ‚tschechischen' Erzeugnisses der eines deutschen Fahrzeugs gleichwertig wäre.

(34) Die Kommission ist erstaunt, daß offenbar keine Sensibilisierungsstudie vom Investor hinsichtlich möglicher Unterschiede bei den Absatzzahlen der gewählten Standorte vorgenommen wurde, um so mehr, weil VW einräumt, daß bei der Option Prag ohne das Markenimage ‚Standort Deutschland' der Absatz sowohl mengenmäßig als auch in bezug auf den Preis niedriger ausfallen würde. Die Behauptung, wonach nicht bezifferte Ausgaben für Kommunikation und Marktpflege ausreichen würden, um ein Defizit an Markenimage auszugleichen, kann nicht vollständig überzeugen.

(35) Außerdem hält die Kommission die Bezugnahmen auf Audi, das sein Modell TT in Ungarn herstellt oder auf Porsche, das sein Boxster-Modell in Finnland zusammenbaut, nicht für stichhaltig, da bei dem Vertrieb dieser Fahrzeuge im auffallenden Unterschied zum Modell D1 der Herstellungsort nicht hervorgehoben wird. Die beiden Unternehmen machen in ihren Verkaufsargumenten das Ansehen Ungarns oder Finnlands als Herstellerländer zur Absatzförderung nicht geltend.

(36) Außerdem geht aus einem Vermerk hervor, den Skoda an VW als Anlage dem Schreiben vom 5. Oktober 1999 beigefügt hatte, daß die mit der Überführung eines in der Tschechischen Republik gekauften Fahrzeugs nach Deutschland verbundenen Schwierigkeiten eine Auslieferung an der Fertigungsstätte Prag zumindest problematisch machten. Es sei nicht damit zu rechnen, daß diese Schwierigkeiten vor dem Beitritt der Tschechischen Republik zur Europäischen Union zurückgehen. Somit sei im gegenwärtigen Stadium damit zu rechnen, daß die von VW für das Modell D1 angestrebte Absatzlösung auf spürbare materielle Hindernisse bei einer Ansiedlung in Prag stoßen würde.

([7]) Wegen der in diesem Sektor vorherrschenden strukturellen Überschußkapazitäten.

([8]) Der sachlich relevante Markt umfaßt die von dem Investitionsvorhaben erfaßten Erzeugnisse (möglicherweise auch Dienstleistungen) sowie ihre möglichen Substitute aus Sicht des Verbrauchers (hinsichtlich der Merkmale des Erzeugnisses, seines Preises und des vorgesehenen Verwendungszwecks) und des Herstellers (angesichts der Flexibilität bei den Produktionsanlagen). Der räumlich relevante Markt umfaßt in der Regel den EWR und die MOEL.

(37) Schließlich ist festzustellen, daß die Stadt Dresden im Dezember 1998 das Grundstück am Straßburger Platz für den Bau des transparenten Werks sicherlich auch im Hinblick auf den mit dieser Ansiedlung verbundenen Zuwachs an Ansehen und Arbeitsplätzen verkauft hat. Das von ihren Behörden vorgebrachte Argument, daß VW diesen Standort auch für andere Zweck nutzen könnte, könnte somit nicht zutreffen. Dies wirft jedoch mit besonderer Deutlichkeit die Frage der Standortungebundenheit dieses Vorhabens auf.

(38) Zur Frage der Standortungebundenheit wäre abschließend zu bemerken, daß das Kulturkriterium sowohl von Dresden als auch von Prag erfüllt würde. Fragen stellen sich jedoch hinsichtlich des hergestellten Zusammenhangs zwischen dem angestrebten Technikkriterium, der subjektiven Wahrnehmung der Qualität der Erzeugnisse und der von VW entwickelten besonderen Verkaufsstrategie. Die Kommission hegt im gegenwärtigen Zeitpunkt erhebliche Zweifel an der von ihren Behörden geltend gemachten Standortungebundenheit der Investitionen.

(39) Gemäß dem geltenden Kfz-Gemeinschaftsrahmen kann der Vergleichsstandort, der zu dem gewählten Standort die bestmögliche vom Hersteller herausgefundene Alternative darstellen muß [9], im EWR oder den MOEL gelegen sein (unter bestimmten Voraussetzungen sogar auf einem anderen Kontinent). Die vorangehenden Bemerkungen zur Standortungebundenheit des Vorhabens und der konkreten Möglichkeit, daß VW die Investition in Prag vornimmt, stellen die Behauptung in Frage, wonach Prag/Mlada Boleslav/Kavasiny die bestmögliche Alternative zu den Standorten Dresden/Mosel seien.

(40) Trotz dieser Ungewißheiten hat die Kommission ihre Prüfung dieses Vorhabens aus Gründen der Transparenz fortgeführt.

(41) Die Anmeldung dieser Beihilfe für den Bau eines neuen Fahrzeugs in einem für die Marke Volkswagen neuen Marktsegment betrifft eine Erstinvestition im Sinne der Leitlinien für Regionalbeihilfen. Dabei handelt es sich um eine Produktionskapazität von 37 500 Fahrzeugen jährlich.

(42) Die von ihren Behörden vorgelegte Kosten-Nutzen-Analyse zur Ermittlung der zusätzlichen Nettokosten, die mit der Durchführung dieses Vorhabens einerseits in Dresden gegenüber Prag (Zwischenlager und Zusammenbau) und andererseits in Mosel gegenüber Mlada Boleslav und Kvasiny (Fahrzeugpresse, Karosseriewerk, Lackiererei) verbunden wären, wurde von unseren Dienststellen untersucht.

(43) Zusätzliche Kosten ergeben sich häufig bei den Investitionen und den in den ersten Betriebsjahren entstehenden Aufwendungen (Ausbildung und Aufnahme der Serienfertigung). Je nachdem, ob es sich um eine Neuinvestition oder eine Erweiterungsinvestition handelt, wird für die Ermittlung der betrieblichen Vor- und Nachteile ein Zeitraum von fünf bzw. drei Jahren ab Anlaufen der verkaufsbestimmten Fertigung angesetzt, (. . .).

(44) Gemäß Ihrer Regierung handelt es sich bei beiden Teilvorhaben um Neuinvestitionen. Hinsichtlich des Werks Mosel haben Sie angeführt, daß die vorhandenen Anlagen überwiegend nicht für die Fertigung des Modells D1 geeignet seien, da hierfür neue Techniken und neue Fertigungsabläufe erforderlich würden.

(45) Gemäß dem Gemeinschaftsrahmen setzt eine Neuansiedlung einen neuen, noch nicht erschlossenen Standort voraus. Im Gegensatz zur Erweiterung in einem vorhandenen Werk steht ein Unternehmen bei der Neuansiedlung vor folgenden Schwierigkeiten: Mangel an angemessener Infrastruktur, fehlende Logistikeinrichtungen, Mangel an ausgebildeten Arbeitskräften für die besonderen Bedürfnisse des Unternehmens und Fehlen einer Zuliefererstruktur. Können diese Leistungen jedoch von einer in der Nähe gelegenen Einheit derselben Gruppe erbracht werden, ist das Vorhaben gemäß Entscheidung 96/666/EG der Kommission [10] als Erweiterung anzusehen, selbst wenn es an einem noch nicht erschlossenen Standort durchgeführt wird.

(46) Die Kommission vermag in den bisher vorgebrachten Argumenten keine hinreichend überzeugende Begründung dafür zu finden, daß es sich bei dem Werksstandort Mosel, wo die Modelle Golf und Passat zusammengebaut werden, um eine Neuansiedlung handeln soll. Die Kfz-Industrie zeichnet sich durch zuweilen erhebliche zyklisch bedingte Änderungen in den Produktionsabläufen im Einklang mit dem Generationenwechsel der Kraftfahrzeuge aus. Derartige Änderungen allein begründen in den Augen der Kommission nicht die Voraussetzungen, um von einer Neuinvestition ausgehen zu können.

(47) Im übrigen fragt sich die Kommission, ob ein einfaches Zwischenlager ebenfalls als Neuansiedlung eingestuft werden kann.

(48) Angesichts der mit der Kosten-Nutzen-Analyse ausgewiesenen Nachteile wären die Auswirkungen einer Einstufung des Werks Mosel und des Zwischenlagers als Erweiterungen erheblich.

(49) Es wäre auch zu ermitteln, ob die Anmeldung als einheitliches Ganzes zu prüfen ist oder ob die Einzelteile Dresden — Straßburger Platz, Dresden — Friedrichstadt und Mosel getrennt zu untersuchen und zu bewerten wären. Nach Auffassung der Kommission ist eine getrennte Bewertung vorzuziehen, da in den einzelnen Standorten unterschiedliche Obergrenzen für Regionalbehilfen gelten.

(50) Ihre Regierung führt an, daß sich bei den Voraussetzungen für die Durchführung dieses Vorhabens in Prag folgende quantifizierbaren und nicht quantifizierbaren Faktoren und materielle sowie immaterielle Risiken ergeben hätten:

a) zusätzliche Marketingaufwendungen, um Ansehensschwächen auszugleichen;

b) Absatzeinbußen trotz niedriger Verkaufspreise;

[9] Der Standort, der vom Hersteller in der letzten Phase seiner Standortanalyse gewählt wurde.

[10] ABl. L 308 vom 29.11.1996, S. 46.

c) Verzögerungen bei der Aufnahme der Serienfertigung, die längere Abschreibungsfristen bei den Fixkosten bedingen;

d) eine niedrigere Produktivität in den ersten drei Produktionsjahren mit den dazugehörigen höheren Aufwendungen und

e) behördlich bedingte Unwägbarkeiten z. B. im Zollbereich, die Zusatzkosten zu Lasten von VW und weitere Imageprobleme verursachen, falls ein Käufer auf entsprechende Schwierigkeiten stoßen sollte.

(51) Hieraus schließen sie, daß diese Faktoren eine erhebliche jedoch nicht vollständige Verringerung der Nachteile von Mosel/Dresden gegenüber den Standorten Prag/Mlada Boleslav/Kvasiny bewirken. Eine Investitionsentscheidung wäre jedoch rational begründbar, da mit den vorgesehenen Beihilfen diese vergleichbaren Nachteile ausgeglichen würden.

(52) Es ist hervorzuheben, daß Ihre Behörden keine Zahlenangaben gemacht haben, um die betreffenden Risiken zu ermitteln. Den vorgebrachten Argumenten, wonach i) diese Bestandteile nicht in die Kosten-Nutzen-Analyse einfließen könnten oder ii) die Ermittlung dieser Risiken einen erheblichen gegenüber dem Investor nicht zu verantwortenden Umfang annehmen könnte, kann in dieser Form nicht zugestimmt werden. In Anwendung des geltenden Gemeinschaftsrahmens pflegt die Kommission bei der Kosten-Nutzen-Analyse den günstigsten Ansatz für die mit einem Vorhaben verbundenen Risiken zu wählen.

(53) Anhand der ihr bisher vorliegenden Informationen ist die Kommission nicht in der Lage, die fraglichen Mehrkosten und Risiken zu bewerten. Außerdem haben sich erhebliche Zweifel an der Angemessenheit der von Ihren Behörden in ihrer Kosten-Nutzen-Analyse ausgewiesenen Netto-Nachteile ergeben.

(54) Die Kommission hat Zweifel zu den Annahmen geltend zu machen, wie sie in den am 5. Oktober 1999 vorgelegten Kosten-Nutzen-Analysen gemacht wurden, und zwar:

(55) Zu den Wechselkursen:

a) Während bei der Konzipierung der Analyse von Ihren Behörden feste Wechselkurse in dem betreffenden Zeitraum zugrunde gelegt wurden, wurden tatsächlich jedoch in die Zukunft gerichtete Kurse angewandt. Bei dem Wechselkurs DEM/Tschechische Krone wurde ein Kurs von 1 DEM = 19,75 CZK gemäß dem für die Budgetaufstellung in der VW-Gruppe angewandten Kurs verwendet. Die Kommission pflegt jedoch in ihren Kosten-Nutzen-Analysen nicht die günstigen bzw. nachteiligen Auswirkungen von Wechselkursschwankungen einzubeziehen und die zum Zeitpunkt der Erstellung der Ansiedlungsstudie geltenden Kurse zugrunde zu legen. Im vorliegenden Fall ergibt sich für die zwölf Monate zwischen Oktober 1998 und September 1999 ein mittlerer Wechselkurs von 18,64 CZK für 1 DEM.

b) Sämtliche in der Kosten-Nutzen-Analyse erwähnten Kosten unterliegen somit zumindest potentiell einer Wechselkursänderung.

(56) Zum Konvergenzfaktor:

a) Ihre Behörden haben offenbar keinen ‚Konvergenzfaktor' ([11]) für die Erhöhung der jährlichen Lohnsteigerungen angewandt, um der tendenziellen Annäherung der Wirtschaftsbedingungen zwischen den MOEL-Ländern und den EU-Mitgliedstaaten Rechnung zu tragen. In der Regel sieht die Kommission die Anwendung eines zusätzlichen Satzes von 5 % vor.

(57) Zu den Arbeitskosten:

a) Bei diesem Vorhaben kann nach Auffassung der Kommission keine gleichwertige Produktivität in Deutschland und der Tschechischen Republik vorausgesetzt werden. Diese Erkenntnis wird von dem Investor geteilt, er hat jedoch offenbar nicht die entsprechenden Schlußfolgerungen hinsichtlich des Bedarfs an zusätzlichen Arbeitskräften in Prag, Mlada Boleslav und Kvasiny gezogen.

(58) Zu den Investitionen:

a) Sie führen die ermittelten Nachteile bzw. Vorteile darauf zurück, daß in der Tschechischen Republik die Arbeits- und Materialkosten niedriger seien als in Sachsen. Bei den Einsparungen legen Sie Arbeits- und Materialkosten in der Tschechischen Republik zugrunde, die 15 bzw. 80 % der entsprechenden Kosten in Deutschland betragen. Diese Annahmen sind jedoch fraglich, da aus der von Ihnen vorgelegten Kosten-Nutzen-Analyse einerseits hervorgeht, daß die Lohnunterschiede nicht so hoch sind wie von Ihnen angenommen, und weil andererseits bei einer gleichwertigen Materialqualität ein Abstand von 20 % als zu hoch angesetzt erscheint.

b) Außerdem haben Ihre Behörden angegeben, daß für Baumaßnahmen und Maschinen in der Option Prag der Kauf von Ausrüstungen bei tschechischen Zulieferern Einsparungen von 5 % ermögliche. Hier stellt sich die Frage, warum derartige Einsparungen nicht auch in Deutschland im Rahmen der Gesamtbeschaffung innerhalb der Gruppe VW möglich sein sollten, was beim Bezug von Produktionsmitteln doch wohl anzunehmen ist?

c) Ihre Regierung geht auch davon aus, daß sämtliche Zulieferer von Komponenten nahe der Werke Mosel und Dresden angesiedelt sein werden. Die Stichhaltigkeit dieser Annahme ist nachzuprüfen, da sie sich auf die Höhe der förderbaren Investitionen auswirkt ([12]).

([11]) Mit dem sich die Betriebskosten in der Tschechischen Republik erhöhen.

([12]) Zulieferer von Ausrüstungen, die sich in von den gewählten Standorten entfernten, möglicherweise nicht geförderten Gebieten befinden, würden von der Kommission in die Berechnung der förderbaren Investitionen nicht einbezogen werden.

d) Eine Berechnung der Investitionsnachteile des Vorhabens ausschließlich anhand der förderbaren Investitionen schließt nach Ansicht der Kommission z. B. die mit dem Grundstückskauf verbundenen Nachteile aus.

(59) Zur Berechnung der Beihilfeintensitäten und des Nachteils:

a) Die Kommission bezweifelt die Unabhängigkeit des Bewertungsausschusses, der den Wert des Grundstücks Straßburger Platz unter der Annahme ermittelt hat, daß dieses Gelände keinen Geschäftswert besitze. Beim Stand der vorliegenden Informationen ist es schwierig, genau zu ermitteln, ob AMD bei der Übertragung des Geländes und der Durchführung der erforderlichen Sanierungsarbeiten Beihilfen erhalten hat. Während Ihre Regierung behauptet, daß hierbei keinerlei Beihilfen empfangen worden seien, geht aus beiden der von Ihnen erstellten Kosten-Nutzen-Analysen ein im Jahr 1999 gewährter Zuschuß von 3,3 Mio. DEM hervor.

b) Die Tatsache, daß die für Dresden Straßburger Platz, Dresden Friedrichstadt und Mosel vorgesehenen Beihilfen nicht einzeln ausgewiesen sind, könnte die Prüfung durch die Kommission erschweren.

c) Die Investitionszulagen einer Nettointensität von 10 % unterliegen nicht der Körperschaftssteuer. Die Nachteile werden jedoch grundsätzlich vor Steuern errechnet. Es ist somit das Bruttosubventionsäquivalent unter Berücksichtigung der Körperschaftssteuer in Deutschland rückzuermitteln. Die Einbeziehung der Steuer ist erforderlich, da ansonsten bei gleicher Intensität des Nachteils eine vor Steuern gewährte Beihilfe von 100 für den Begünstigten einen niedrigeren Mittelzufluß ergäbe (von 70 z. B. bei einem Steuersatz von 30 %) bzw. eine Beihilfe nach Steuern von 100. Da Ihre Behörden diese Berechnung nicht angestellt haben, wäre die angegebene Beihilfeintensität nicht zutreffend.

(60) Diese Abweichungen bei der Bewertung bzw. Ungewißheiten könnten zu erheblichen Diskrepanzen bei der Bewertung der Nachteile und der Beihilfen in den Kosten-Nutzen-Analysen führen. Bei ihrem jetzigen Informationsstand kann die Kommission die Intensität der Nachteile und der Beihilfen nicht mit Gewißheit ermitteln.

(61) Die Kommission ersucht Sie, vollständig aufgeschlüsselte Tabellen der Kosten und Nutzen für den gesamten Bezugszeitraum der Analyse vorzulegen. Dies gilt nicht für die Kosten-Nutzen-Analyse des Standortes Dresden, die im Fall einer Neuansiedlung über einen Zeitraum von fünf Jahren, d. h. zwischen Dezember 2000 und November 2005, erstellt werden müßte. Ihre Kosten-Nutzen-Analyse reicht jedoch nur bis zum Jahr 2003. Hieraus folgt, daß der von Ihren Behörden für den Nachteil angegebene Prozentsatz nicht zutrifft.

(62) Aus Transparenzgründen faßt die Kommission ihre im jetzigen Stadium der Prüfung der Auswirkungen des Vorhabens auf die Wettbewerber gezogenen Schlußfolgerungen zusammen.

(63) Da es sich bei Kraftfahrzeugen um einen sensiblen Wirtschaftszweig handelt, untersucht die Kommission üblicherweise die Kapazitätsschwankungen innerhalb der betreffenden Gruppe im Hinblick auf deren Auswirkungen auf den relevanten Markt ([13]). Gemäß Ihren Behörden würden sich die Produktionskapazitäten der VW-Gruppe um 1 % erhöhen. Die damit verbundenen Auswirkungen auf die Wettbewerber wären damit erheblich.

(64) Da Mosel und Dresden in Fördergebieten gemäß Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe a) EG-Vertrag gelegen sind, wäre damit ein entsprechender Abschlag von 1 % anwendbar.

(65) Ihre Regierung beabsichtigt, in Verbindung mit den vorgesehenen Investitionen Ausbildungsbeihilfen zu gewähren. Auch wenn bisher keine Anmeldung derartiger Beihilfen vorliegt, möchte die Kommission bereits auf bestimmte Bewertungsschwierigkeiten hinweisen, die einer Klarstellung bedürfen.

(66) In der von Ihren Behörden vorgelegten Kosten-Nutzen-Analyse sind Kosten für die Ausbildung des sowohl in Sachsen als auch in der Republik Tschechien einzustellenden Personals angesetzt. Diese Kosten bestehen im wesentlichen aus Personalaufwendungen und führen zu einem vergleichbaren Nachteil der Standorte Mosel/Dresden. Auf der Grundlage dieser zusätzlichen Ausbildungskosten könnte die Kommission einer Regionalbeihilfe zustimmen. Gemäß dem Gemeinschaftsrahmen für Ausbildungsbeihilfen ([14]) sind in einem bestimmten Maß die Kosten für die Teilnahme an Ausbildungsvorhaben förderbare Aufwendungen.

(67) Sollten Ausbildungsbeihilfen in einem späteren Zeitpunkt angemeldet werden, so wären die Risiken einer möglichen Kumulierung zu ermitteln.

(68) Abschließend ist zu bemerken, daß im Kfz-Sektor keinerlei neue Betriebsbeihilfen, selbst in einer Region nach Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe a), gewährt werden dürfen.

(69) Es ist darauf hinzuweisen, daß die von Ihren Behörden vorgelegte Anmeldung unvollständig ist, und daß die in dem Schreiben vom 5. Oktober 1999 erteilten zusätzlichen Auskünfte bestimmter Klarstellungen bedürfen.

(70) Erstens bezweifelt die Kommission, ob den betreffenden Beihilfen in Anwendung von Artikel 87 Absatz 2 Buchstabe c) zugestimmt werden kann.

(71) Zweitens ist die von Ihren Behörden angeführte Standortungebundenheit bisher nicht nachgewiesen. Es steht nicht mit Sicherheit fest, ob die Standorte Prag/Mlada Boleslav/Kvasiny die beste Alternative gegenüber Dresden/Mosel darstellen.

([13]) Der sachlich relevante Markt umfaßt die von dem Investitionsvorhaben betroffenen Erzeugnisse (und möglicherweise Dienstleistungen) sowie ihre aus Sicht der Verbraucher möglichen Substitute (hinsichtlich der Merkmale der Erzeugnisse, ihres Preises und des vorgesehenen Verwendungszwecks) sowie des Herstellers (wegen der Flexibilität der Produktionsanlagen). Der räumlich relevante Markt umfaßt in der Regel den EWR und die MOEL.

([14]) ABl. C 343 vom 11.11.1998.

(72) Drittens entsprechen die von Ihnen erstellten Kosten-Nutzen-Analysen in vielen Gesichtspunkten offenbar nicht der Kommissionspraxis. So sind die Fragen zu vertiefen, ob es sich um eine Neu- oder eine Erweiterungsinvestition handelt, und ob die dem Vorhaben innewohnenden Risiken in die Analyse Eingang gefunden haben. Dadurch entstehen erhebliche Zweifel an der Aussagefähigkeit der in Ihren Analysen ermittelten Nettonachteile. Außerdem wäre unter methodischen Gesichtspunkten zu klären, ob die Schlußfolgerungen hinsichtlich Nachteilen und zulässigen Beihilfeintensitäten für das Vorhaben insgesamt oder je Werk zu ziehen sind.

(73) Viertens bedürfen die von Ihren Behörden erstellten Berechnungen der Beträge und Intensitäten der Beihilfen einer zusätzlichen Überprüfung.

(74) Die Kommission kann bei ihrem derzeitigen Informationsstand keinerlei Rechtfertigung für die Anwendung einer der Ausnahmebestimmungen von Artikel 87 Absätze 2 und 3 EG-Vertrag auf die betreffenden Beihilfen erkennen.

(75) Unter diesen Voraussetzungen werden die deutschen Behörden im Rahmen des Verfahrens nach Artikel 88 Absatz 2 EG-Vertrag ersucht, ihre Bemerkungen binnen zwei Monaten vom Datum des Empfangs dieses Schreibens an vorzulegen.

(76) Die Kommission erinnert die Bundesrepublik Deutschland an die aufschiebende Wirkung von Artikel 88 Absatz 3 EG-Vertrag und verweist auf Artikel 14 der Verordnung (EG) Nr. 659/1999 des Rates, wonach jegliche unrechtmäßig gewährten Beihilfen gegebenenfalls vom Empfänger zurückzufordern sind.

(77) Ihre Behörden werden ersucht, eine Kopie dieses Schreibens an den Begünstigten unmittelbar weiterzuleiten.

(78) Die deutschen Behörden seien daran erinnert, daß ohne vorherige Anmeldung oder vor der endgültigen Entscheidung der Kommission unrechtmäßig gewährte Beihilfen vom Begünstigten zurückzufordern wären. Laut Schreiben an die Mitgliedstaaten vom 22. Februar 1995 sind unrechtmäßig gewährte Beihilfen vom Begünstigten gemäß den Bestimmungen des nationalen Rechts zuzüglich Zinsen in Höhe des für die Berechnung des Subventionsäquivalents von Regionalbeihilfen gewählten Bezugszinssatzes ab dem Datum der Bereitstellung der Beihilfe und bis zur endgültigen Beitreibung zurückzufordern."

Notificação prévia de uma operação de concentração

(Processo COMP/M.1876 — Kohlberg Kravis Roberts/Wassall/Zurntobel)

(2000/C 78/06)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

1. A Comissão recebeu, em 10 de Março de 2000, uma notificação de um projecto de concentração, nos termos do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho [1], com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1310/97 [2], através da qual a empresa Kohlberg Kravis Roberts & Co. LP (KKR), EUA, e os accionistas originais da Zurntobel AG (Zurntobel), Áustria, adquirem, na acepção do n.º 1, alínea b), do artigo 3.º do referido regulamento, o controlo conjunto de uma nova entidade resultante da fusão da Wassall plc (Wassall), Reino Unido, e da Zurntobel.

2. As actividades das empresas envolvidas são:

— KKR: participações em sociedades,

— Wassall: principalmente fabrico e fornecimento de equipamento de iluminação e respectivas componentes,

— Zurntobel: principalmente fabrico e fornecimento de equipamento de iluminação para utilização profissional e respectivas componentes.

3. Após uma análise preliminar, a Comissão considera que a operação de concentração notificada pode encontrar-se abrangida pelo âmbito de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 4064/89. Contudo, a Comissão reserva-se a faculdade de tomar uma decisão final sobre este ponto.

4. A Comissão solicita aos terceiros interessados que lhe apresentem as observações que entenderem sobre o projecto de concentração em causa.

As observações devem ser recebidas pela Comissão, o mais tardar, 10 dias após a data da publicação da presente comunicação. Podem ser enviadas por fax ou pelo correio, e devem mencionar o número de processo COMP/M.1876 — Kohlberg Kravis Roberts/Wassall/Zurntobel, para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Direcção B — *Task Force* Concentrações
Avenue de Cortenberg/Kortenberglaan 150
B-1040 Bruxelas
[telefax (32-2) 296 43 01/296 72 44].

[1] JO L 395 de 30.12.1989, p. 1, e
JO L 257 de 21.9.1990, p. 13 (rectificação).

[2] JO L 180 de 9.7.1997, p. 1, e
JO L 40 de 13.2.1998, p. 17 (rectificação).

Notificação prévia de uma operação de concentração

(Processo COMP/M.1871 — Arrow Electronics/Tekelec)

(2000/C 78/07)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

1. A Comissão recebeu, em 10 de Março de 2000, uma notificação de um projecto de concentração, nos termos do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho [1], com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1310/97 [2], através da qual a empresa americana Arrow Electronics, Inc. adquire, na acepção do n.º 1, alínea b), do artigo 3.º do referido regulamento, o controlo do conjunto da empresa Tekelec Europe mediante aquisição de acções.

2. As actividades das empresas envolvidas são:

— Arrow Electronics, Inc.: distribuidor grossista de componentes electrónicas e de produtos para computadores,

— Tekelec Europe: distribuidor grossista de componentes electrónicas e de produtos para computadores.

3. Após uma análise preliminar, a Comissão considera que a operação de concentração notificada pode encontrar-se abrangida pelo âmbito de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 4064/89. Contudo, a Comissão reserva-se a faculdade de tomar uma decisão final sobre este ponto.

4. A Comissão solicita aos terceiros interessados que lhe apresentem as observações que entenderem sobre o projecto de concentração em causa.

As observações devem ser recebidas pela Comissão, o mais tardar, 10 dias após a data da publicação da presente comunicação. Podem ser enviadas por fax ou pelo correio, e devem mencionar o número de processo COMP/M.1871 — Arrow Electronics/Tekelec, para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Direcção B — *Task Force* Concentrações
Avenue de Cortenberg/Kortenberglaan 150
B-1040 Bruxelas
[telefax (32-2) 296 43 01/296 72 44].

---

[1] JO L 395 de 30.12.1989, p. 1, e
JO L 257 de 21.9.1990, p. 13 (rectificação).

[2] JO L 180 de 9.7.1997, p. 1, e
JO L 40 de 13.2.1998, p. 17 (rectificação).

Notificação prévia de uma operação de concentração

(Processo COMP/ECSC.1325 — EMR/MPRH)

(2000/C 78/08)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

1. A Comissão recebeu, em 8 de Março de 2000, uma notificação de um projecto de concentração, nos termos do artigo 66.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Tratado CECA), relativa à aquisição pela European Metal Recycling Limited (EMR) da totalidade das acções da Mayer Parry Recycling (Holdings) Limited (MPRH).

2. As actividades das empresas envolvidas são:

— EMR: comércio de sucata de metais ferrosos e não ferrosos e serviços conexos,

— MPRH: comércio de sucata de metais ferrosos e não ferrosos.

3. Após uma análise preliminar, a Comissão considera que a operação de concentração notificada pode encontrar-se abrangida pelo âmbito de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 4064/89. Contudo, a Comissão reserva-se a faculdade de tomar uma decisão final sobre este ponto.

4. A Comissão solicita aos terceiros interessados que lhe apresentem as observações que entenderem sobre o projecto de concentração em causa.

As observações devem ser recebidas pela Comissão, o mais tardar, 10 dias após a data da publicação da presente comunicação. Podem ser enviadas por fax ou pelo correio, e devem mencionar o número de processo COMP/ECSC.1325 — EMR/MPRH, para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Direcção B — *Task Force* Concentrações
Avenue de Cortenberg/Kortenberglaan 150
B-1040 Bruxelas
[telefax (32-2) 296 43 01/296 72 44].

II

(Actos preparatórios)

CONSELHO

PARECER FAVORÁVEL N.º 1/2000

dado pelo Conselho nos termos do artigo 95.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

(2000/C 78/09)

A pedido da Comissão, o Conselho deu, em 13 de Março de 2000, o seu parecer favorável relativamente às decisões que a Comissão se propõe aprovar, que altera a Decisão n.º 2136/97/CECA da Comissão, de 12 de Setembro de 1997, relativa à gestão de certas restrições às importações de certos produtos siderúrgicos originários da Federação Russa.

Pelo Conselho

O Presidente

J. PINA MOURA